

Fala da abertura do Congresso Luso Brasileiro de Gestão de Pessoas e Reforma da Administração Pública

José Lopez Feijóo, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Local: Sede da UGT – Lisboa

Data: 29 de abril de 2026

“Saudações aos componentes da mesa e a todas as pessoas presentes.

Começo me apresentando:

Nasci aqui perto, na Galícia. Cheguei ao Brasil em 1953, aos 3 anos de idade, na cidade do Rio de Janeiro. Dos meus 76 anos, 73 vividos em terras brasileiras.

Embora tenha dupla cidadania, sou brasileiro, sonho e luto para que o Brasil não seja apenas uma nação grande, mas uma grande nação.

Uma nação em que todas as pessoas que lá vivem tenham uma vida boa, de paz, prosperidade e justiça social.

Estou Secretário de Relações de Trabalho do MGI, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Estou, porque este é um cargo de confiança, não sou funcionário concursado.

Há mais de 40 anos a minha vida tem sido lutar por melhores condições de vida, de trabalho e por direitos para a classe trabalhadora.

Comecei na Comissão de Fábrica dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Ford, no ABC paulista.

Demitido em função de uma greve, fui coordenar uma ONG que promovia troca de informações e experiências entre trabalhadoras e trabalhadores em empresas transnacionais.

Fui Secretário-Geral da CUT, a Central Única dos Trabalhadores e Trabalhadoras, no estado de São Paulo, e Presidente por 3 mandatos.

Retornei ao meu sindicato, o dos Metalúrgicos do ABC, mesmo sindicato do presidente Lula, onde fui Secretário-Geral, Vice-Presidente e Presidente.

Fui da Executiva Nacional da CUT e Vice-Presidente.

Em 2011, o presidente Lula me convocou para integrar o governo da Presidenta Dilma, como assessor na Secretaria-Geral da Presidência, para cumprir um papel de diálogo com os movimentos sociais e o movimento sindical.

Em 2016 fui nomeado Secretário Nacional do Trabalho no Ministério do Trabalho e Previdência Social, onde fiquei até o golpe de 2016.

Sou, portanto, uma construção da classe trabalhadora e de sua luta coletiva por melhores condições de vida e direitos.

Em 1985, após 21 anos, chegou ao fim a ditadura militar no Brasil.

Terminou 11 anos após a revolução de 25 de abril de 1974, a inspiradora Revolução dos Cravos, embalada pela belíssima música Grândola Vila Morena, cantada e composta por Zeca Afonso.

Falo sobre isso para recordar que Democracia é Fundamental.

E a existência de movimento sindical forte, ativo e com liberdade é marco e pilar da Democracia, assim como os movimentos sociais que lutam por direitos.

Regimes autoritários atacam imediatamente sindicatos e movimentos sociais progressistas.

Hoje vivemos tempos difíceis, em que o papel civilizatório do Estado está em xeque.

A luta por direitos e dignidade está sob ataque feroz.

Os poderosos e suas organizações querem voltar ao tempo da lei do mais forte, que no Brasil é a lei de que 'quem pode mais, chora menos'.

A luta neste momento é entre civilização e barbárie. E está parecendo que a barbárie tem grandes chances de vitória.

É o tempo das distopias, é preciso recuperar os bons sonhos e as utopias.

Goebbels, homem da propaganda do regime nazista pregava: uma mentira repetida mil vezes vira verdade.

Agora com as redes sociais, espaços sem lei, uma mentira é imediatamente replicada milhões de vezes por algoritmos que a monetizam, o ódio gerando cliques. Ódio às mulheres, ódio aos negros, ódio aos asiáticos, ódio aos imigrantes, ódio aos gays.

Vivemos um tempo de solidão conectada, em que a pessoa frente a uma tela de celular ou computador está ligada ao mundo, mas isolada, sem mediação humana, muitas vezes sem sequer mediação familiar, vivendo em bolhas de isolamento.

Como dialogar com quem está isolado frente a uma tela, à mercê de algoritmos?

São tempos difíceis, em que a extrema direita, em que o fascismo ganha fôlego, cresce e ataca.

Ataca o mundo do trabalho regulado com direitos, ataca os avanços sociais, disseminando medo e ódio.

A organização sindical está sob ataque intenso, muitas vezes disfarçado de reformas modernizantes.

Não que não possam existir reformas modernizantes. Mas se a reforma visa retirar direitos, não é reforma, é retrocesso, por mais que tentem dourar a pílula.

O mesmo vale para toda tentativa de reversão de direitos humanos hoje em curso.

Um importante cientista brasileiro, o neurologista Miguel Nicolelis, diz que “se é artificial, não é inteligência”, mas ficou comum achar que é. Meu medo é que em algum momento seja.

Isso acontecerá no momento em que abrirmos mão de pensar e terceirizarmos isso para a IA e seus algoritmos.

A ciência não é neutra.

A ciência é necessária.

Mas para que seja positiva para o ser humano, depende da nossa capacidade de impedir que ela seja usada para o mal.

É preciso lembrar sempre: direitos e conquistas são feitos de luta e sangue derramado durante gerações. Perdê-los é desperdiçar as vidas que lutaram por eles.

Faz parte dos desafios do movimento sindical, dos movimentos sociais progressistas e dos governos populares lutar para preservar e ampliar direitos.

É preciso que sejamos capazes de demonstrar que o esforço individual merece ser valorizado, mas que ele não é nada se não se valoriza e preserva a ação coletiva.

Frente ao seu empregador, seja ele o Estado ou a iniciativa privada, o indivíduo isolado pode muito pouco, eu diria quase nada. As conquistas que valem vêm do esforço coletivo. Sem ele, somos apenas reféns de um poder difícil de enfrentar.

O movimento sindical é a possibilidade de um pouco de equilíbrio nessa relação desigual entre empregador e empregado.

Precisamos de um novo contrato social, é preciso repartir a mais-valia tecnológica, que hoje está sendo integralmente apropriada por uns poucos bilionários em

moeda forte, que detém, sozinhos, o equivalente à renda de mais da metade da humanidade.

Para finalizar:

Trabalhadores públicos são contratados pelo Estado, mas são pagos pelo dinheiro dos impostos. O Estado é o intermediário, mas o verdadeiro patrão é a população, que paga para ter políticas públicas de qualidade.

O desafio é fazer que o Estado seja para todos e todas, e não para ajudar a proteger alguns na sua política de acumulação desmedida de riquezas ao custo dos direitos e da dignidade humana.

Repito, um novo contrato social é necessário e é nosso maior desafio.

Nesse sentido a troca de experiência proposta por este Congresso é muito valiosa.

Um bom Congresso a todas e todos.